

# Proposta: uma CPI para investigar as contas do Brasil.

O senador Itamar Franco (PMDB-MG) está pretendendo propor a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a dívida externa brasileira, a solicitação do empréstimo ao FMI, o total de juros pagos aos credores do País, as exigências externas no caso da concessão de empréstimos pelo Fundo e suas consequências no campo sócio-econômico.

O parlamentar emedebista deverá manter contactos com as lideranças dos demais partidos de oposição na Câmara e no Senado — PDT, PTB e PT — com o objetivo de constituir CPI mista, de deputados e senadores, nos termos da Constituição. O art. nº 37 da Constituição estabelece que a Câmara e o Senado, "em conjunto ou separadamente", criariam comissões de inquérito sobre "fato determinado" e por prazo certo, mediante requerimento de um terço de seus membros.

Itamar Franco examinará o problema durante o recesso com o líder do PDT, senador Roberto Saturnino (RJ) e com o líder seu partido, senador Humberto Lucena (PB). Posteriormente, discutirá a justificativa da CPI com dirigentes e do PMDB líderes de outros partidos.

O senador mineiro tentou, sem

êxito, convocar em novembro o ministro da Fazenda, Ernane Galvães, para prestar informações da tribuna do Senado, a respeito da iniciativa do governo, de recorrer ao FMI para tomar crédito estimado em US\$ 4.500 milhões.

Segundo Itamar Franco, a opinião pública tem o direito de ter todas as informações envolvendo a nossa dívida externa e o pedido de empréstimo do governo junto ao FMI:

— Tornou-se notória a existência entre nós de uma autêntica equipe de auditoria do Fundo Monetário Internacional, destinada a examinar as contas nacionais. Outorgam-se, portanto, a agentes de um organismo internacional poderes de investigação, análise e coleta de dados que vêm sendo reiteradamente negados aos representantes do povo. Isto constitui uma afronta não apenas ao bom senso e à razão mas sobretudo um desrespeito para com a opinião pública deste país, que tem o direito de saber a real situação em que nos encontramos.

O senador mineiro revelou-se preocupado, também, com os efeitos que as exigências externas possam ter no campo social, a começar pela anunciada mudança na legislação salarial e contenção dos investimentos públicos.